

Central Solar Presidente JK V S.A.

CNPJ/MF nº 46.855.411/0001-60 - NIRE 35.300.594.631

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Outubro de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Aos 31 (trinta) e um dias de outubro de 2023, às 10h45min, na sede social da **Central Sola Mineradora S.A.**, localizada no Km 07, Rodovia BR-163, nº 20, Jd. Santa Fé, nº 2º andar, Sala 117, Itam Bita, CEP 04538-905, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. **Presença e Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presenças da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de Setembro de 2023. 3. **Assinatura dos Diretores e Secretários:** **Dalbello** é o secretário da reunião o Sr. **Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da denominação social; e (ii) a alteração do objeto social da Companhia. 5. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições. 5.1. **Alterar a razão social da Companhia de EDP Renováveis Brasil S.A., para EDP Renováveis S.A.** 5.2. **Alterar o objeto social da Companhia de acordo com o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a ser redigido da seguinte forma: ARTIGO 1º - "sob a denominação de CENTRAL SOLAR MINAS DO SOL V.S.A. (a "Companhia") opera a sociedade anônima, subsidiária integral da EDP Renováveis Brasil S.A.", regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.** 5.2. Alterar o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, referente ao objeto social da Companhia, para: "Exploração, produção, comercialização, distribuição e venda de energia elétrica gerada de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial solar do Projeto Minas do Sol V.S.A. a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. 6. **Encerramento e Assinaturas:** Encerrada a reunião, não houve mais assuntos a serem tratados. A ata foi lida e aprovada e assim se fez uso do voto, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspendeu-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Paula Ferrareto Dalbello - Presidente e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior).

Presente até a cópia da lavrada em livro próprio. Mesa: Paula Fereetto Dabello - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP nº 444.213/23-5 em 16/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social da Central Solar Minas do Sol S.A. - Capítulo I: Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração: Artigo 1º** - Sob a denominação de **Central Solar Minas do Sol S.A.** (a "Companhia") opera a sociedade anônima, subsidiária integral da EDP Renováveis S.A., inscrita no CNPJ nº 06.940.888/0001-08, com sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 711, Itaim Bibi, CEP 04538-905, Faria Lima - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, alterar, transmitir, e/ou outorgar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, no Brasil ou em outros países da América do Sul. **Artigo 3º** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação e manutenção de usinas de energia solar fotovoltaica, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por eletricidade, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **Capítulo II: Capital Social e Ações: Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária da diretoria a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a uma pessoa física, ela não poderá ser transmitida, onerada ou dada em garantia. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores e 1 (um) Procurador em conjunto com 1 (um) procurador legal com poderes especiais. **Capítulo III: Administração Geral: Artigo 6º** - A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração, composto por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes. **Artigo 7º** - Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** - Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários de emissão da Companhia; (iv) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (v) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vi) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (vii) Realização de Oferta Pública Integral de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívida de devedores da Companhia e qualquer uma de suas controladas; (x) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da matéria da ordem do dia, observado os termos do presente Estatuto Social. **Artigo 10º** - A convocação da Assembleia Geral deverá ocorrer com 15 (quinze) dias de antecedência e, em segunda ou terceira convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência à data de sua realização. **Capítulo IV: Administração da Companhia. Da Diretoria: Artigo 10** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Artigo 11** - A remuneração global da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, a qual não poderá ser superior a 1% (um por cento) da Receita Operacional Líquida anual da Companhia, calculada com base no exercício financeiro anterior. **Artigo 12** - A Diretoria será composta pelos membros das Atas de Reuniões da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 13** - A Diretoria será composta de 02 (dois) a 05 (cinco) membros, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os outros sem designação específica. **Artigo 14** - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ao desenvolvimento das atividades sociais, as quais seja por meio de seu próprio nome ou por meio de representantes da Assembleia Geral, a emissão de títulos e a realização de qualquer ato necessário para a administração e a prática dos atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abstenção de voto em favor ou contra qualquer proposta ou resolução submetida à Assembleia Geral. **Artigo 15** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dos Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 1º** - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá nomear outro Diretor para representá-lo nas reuniões, caso em que, o Diretor assim nomeado deverá representar a Diretoria. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico entregue ao Diretor Presidente. **Parágrafo 2º** - Ocorrendo vaza na Diretoria, competirá ao Diretor Presidente nomear o substituto para o cargo em falta, até o término do prazo de validade do cargo, ou do substituto, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto interno eleito até o término do mandato da Diretoria. **Parágrafo 3º** - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referência reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão ser devidamente identificados e a participação será registrada em ata. **Parágrafo 4º** - No caso de falta ou ausência temporária de forma inequívoca o remetente. **Parágrafo 5º** - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma deste Artigo, em seu **Parágrafo Terceiro** deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fax, e-mail ou mensagem eletrônica, com o caso, conter o voto do Diretor, ser entregue ao Livro após a transcrição da ata. **Artigo 16** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes em cada reunião ou, quando manifestado seu voto na forma deste Artigo, pelo **Parágrafo Terceiro**, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 17** - A Companhia considerará-se obrigada quando representada: (a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído; (c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; e (d) por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituídos. **Artigo 18** - A Companhia terá um Conselho Nominativo composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Nominativo terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Nominativo terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação. **Capítulo VI: Exercício Social e Dividendos: Artigo 19** - O exercício social da Companhia será o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro de cada ano. As demonstrações elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, que serão, após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício. **Artigo 20** - Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) a Companhia deverá maximizar a distribuição do seu lucro líquido aos acionistas, observada a legislação aplicável, e a distribuição do lucro líquido deverá ser realizada pelo menos nos primeiros quatro meses do ano; e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia. **Artigo 21** - Os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia. **Artigo 22** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação de Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares. Os dividendos intermediários e intercalares previstos neste Artigo poderão ser lançados em favor dos acionistas, independentemente de solicitação prévia, e os dividendos intercalares serão sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Único** - Reverter em favor da Companhia os juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VII: Liquidação: Artigo 24** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecer a forma da liquidação, elegendo o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para estabelecer a forma da liquidação, elegendo seus membros e tendo-lhes as atribuições e poderes conferidos por lei. **Capítulo VIII: Foro: Artigo 25** - Qualquer disputa ou controvérsia oriundas deste Estatuto Social, fide desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Central Solar Presidente JK XI S.A.

CNPJ/ME nº 46.855.920/0001-92 - NIRE 35.300.594.720

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Outubro de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias de outubro de 2023, às 12h00min, na sede social da **Central Solar Presidente JK XI S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, sala 77, Bloco B, Bittencourt, São Paulo, Estado de São Paulo, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária. Dispõe-se a publicação de editais de convocação para o presente do disposto no artigo 12, § 4º da Lei nº 4046/66 de dezembro de 1976, conforme alteração ("LSA"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia 3. **Mesa:** Assumiu a presidência da mesa a Sra. **Paula Ferrareto Dabello** e o secretário da reunião o Sr. **Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da denominação social, e (ii) a alteração do objeto social da Companhia. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária deliberou, por unanimidade, a alteração da denominação social da Companhia, reservou ou restringiu: **5.1.** Alterar a razão social da Companhia de "CENTRAL SOLAR PRESIDENTE JK XI S.A." para "CENTRAL SOLAR FENIX III S.A.", de forma que o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a ser redigido da seguinte forma: ARTIGO 1º - Sob a denominação de CENTRAL SOLAR FENIX III S.A. ("a Companhia") opera a sociedade anônima, subsidiária integral da EDF Renováveis Brasil S.A., regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis; **5.2.** Alterar o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para "A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial solar do Projeto Fênix III, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **5.3.** Consolidar, em virtude das deliberações acima, o Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação do Anexo I presente. **6. Encerramento e Lavatura da Ata:** Nada mais havendo a ser deliberado, a Assembleia Geral Extraordinária encerra-se, com a leitura e aprovação da ata, com a qual, declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavatura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: MESA: Paula Ferrareto Dabello - Presidente e Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDF Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dabello e Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). São Paulo, 31 de outubro de 2023. **A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.** MESA: Paula Ferrareto Dabello - Presidente. Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior -

Artigo 1º - Sob a denominação de **Central Social Fênix III S.A.**, (a "Companhia") é criada a sociedade anônima, subsidiária integral da EDP Renováveis Brasil S.A., regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sede no Fôro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, São Paulo, SP, Itaim Bibi, CEP 04538-900.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir, elevá-la, alterar filiais agências, escritórios e representações comerciais, estabelecimentos de vendas e outros, em qualquer parte do Brasil ou em qualquer outro país da América do Sul.

Artigo 3º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial solar do Projeto Fênix III, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades.

Capítulo II: Capital Social e Ações. Artigo 5º - O capital social é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único - A Companhia poderá emitir ações de qualquer denominação e valor nominal.

Artigo 6º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo titular no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados pelo Diretor Presidente (ou Diretor Presidente substituído) e pelo Diretor de Administração.

Capítulo III: Assembleia Geral. Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano.

Artigo 7º - Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores.

Artigo 8º - Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Alteração da política de distribuição de dividendos; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Integral de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívida de devedores da Companhia e qualquer uma de suas controladas; (x) Aprovação de operação de fusão, cisão, incorporação ou outro tipo de reorganização societária; e (xi) celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia.

Artigo 9º - O acionista eleito para a Assembleia Geral poderá, em seu nome ou no seu próprio nome, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário.

Parágrafo Único - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da matéria da ordem do dia, observado os termos do Artigo de Acionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas, em primeira convocação, a 20 (vinte) dias de antecedência e, em segunda ou terceira convocação, a 15 (quinze) dias de antecedência, a data de sua realização.

Capítulo IV: Diretoria e Conselho Fiscal. Artigo 10º - A Companhia terá uma Diretoria e um Conselho Fiscal, cuja composição e poderes serão estabelecidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Artigo 11 - A remuneração global da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, a qual não poderá ser superior a 1% (um por cento) da Receita Operacional Líquida anual da Companhia.

Artigo 12 - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas de Reuniões da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 13 - A Diretoria será composta de 02 (dois) a 05 (cinco) membros, residentes no Brasil, com poderes gerais de administração, podendo ser nomeados e substituídos pelo Conselho Fiscal.

Artigo 14 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de sua carta de aplicação com a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral, incluindo resolver sobre a aquisição de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, contrair dívidas, fazer acordos, firmar promissões e, em geral, observar e cumprir todas as obrigações legais e contratuais da Companhia, prestar caução e fianças e emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avaliar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Artigo 15 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único - O acionista não impedido ou ausente temporária ou parcialmente poderá, pessoalmente ou por representante, comparecer à reunião da Diretoria e votar em seu nome ou no nome do representante eleito para a reunião da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fax-símile ou correio eletrônico, desde que o mesmo seja recebido e tomado em consideração pela Diretoria, sob pena de nulidade.

Artigo 16 - Os membros da Diretoria poderão ser nomeados e substituídos pelo Conselho Fiscal, podendo ser substituídos pelo Conselho Fiscal, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressamente assinar a ata da reunião, sob pena de nulidade.

Artigo 17 - O acionista não impedido ou ausente temporária ou parcialmente poderá, pessoalmente ou por representante, comparecer à reunião da Diretoria e votar em seu nome ou no nome do representante eleito para a reunião da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fax-símile ou correio eletrônico, desde que o mesmo seja recebido e tomado em consideração pela Diretoria, sob pena de nulidade.

Artigo 18 - Os membros da Diretoria poderão ser nomeados e substituídos pelo Conselho Fiscal, podendo ser substituídos pelo Conselho Fiscal, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressamente assinar a ata da reunião, sob pena de nulidade.

Artigo 19 - O acionista não impedido ou ausente temporária ou parcialmente poderá, pessoalmente ou por representante, comparecer à reunião da Diretoria e votar em seu nome ou no nome do representante eleito para a reunião da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fax-símile ou correio eletrônico, desde que o mesmo seja recebido e tomado em consideração pela Diretoria, sob pena de nulidade.

Artigo 20 - Os membros da Diretoria poderão ser nomeados e substituídos pelo Conselho Fiscal, podendo ser substituídos pelo Conselho Fiscal, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressamente assinar a ata da reunião, sob pena de nulidade.

Artigo 21 - O acionista não impedido ou ausente temporária ou parcialmente poderá, pessoalmente ou por representante, comparecer à reunião da Diretoria e votar em seu nome ou no nome do representante eleito para a reunião da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fax-símile ou correio eletrônico, desde que o mesmo seja recebido e tomado em consideração pela Diretoria, sob pena de nulidade.

Artigo 22 - Os membros da Diretoria poderão ser nomeados e substituídos pelo Conselho Fiscal, podendo ser substituídos pelo Conselho Fiscal, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressamente assinar a ata da reunião, sob pena de nulidade.

Artigo 23 - O acionista não impedido ou ausente temporária ou parcialmente poderá, pessoalmente ou por representante, comparecer à reunião da Diretoria e votar em seu nome ou no nome do representante eleito para a reunião da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fax-símile ou correio eletrônico, desde que o mesmo seja recebido e tomado em consideração pela Diretoria, sob pena de nulidade.

Artigo 24 - Os membros da Diretoria poderão ser nomeados e substituídos pelo Conselho Fiscal, podendo ser substituídos pelo Conselho Fiscal, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressamente assinar a ata da reunião, sob pena de nulidade.

Artigo 25 - O acionista não impedido ou ausente temporária ou parcialmente poderá, pessoalmente ou por representante, comparecer à reunião da Diretoria e votar em seu nome ou no nome do representante eleito para a reunião da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fax-símile ou correio eletrônico, desde que o mesmo seja recebido e tomado em consideração pela Diretoria, sob pena de nulidade.

Artigo 26 - Os membros da Diretoria poderão ser nomeados e substituídos pelo Conselho Fiscal, podendo ser substituídos pelo Conselho Fiscal, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressamente assinar a ata da reunião, sob pena de nulidade.

Artigo 27 - O acionista não impedido ou ausente temporária ou parcialmente poderá, pessoalmente ou por representante, comparecer à reunião da Diretoria e votar em seu nome ou no nome do representante eleito para a reunião da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fax-símile ou correio eletrônico, desde que o mesmo seja recebido e tomado em consideração pela Diretoria, sob pena de nulidade.

Artigo 28 - Os membros da Diretoria poderão ser nomeados e substituídos pelo Conselho Fiscal, podendo ser substituídos pelo Conselho Fiscal, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de telecon

 CENTRAL SOLAR PRESIDENTE JK VI S.A.

CEJUM/FM 46.867.437/0001-28 NIREZ 35.300.594.835

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias de outubro de 2023, às 11h00min, na sede social da CENTRAL SOLVI S.A. inscrita no CNPJ nº 16.046.743/0001-08, localizada na Rua José de Fátima, nº 733, 9º andar, sala 2, Itaim Bibi, CEP 04538-900, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteração ("LSA"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência da mesa a Sra. **Paula Ferezzato Dabello**, inscrita no CNPJ nº 16.046.743/0001-08, inscrita no CPF nº 033.719.973-92. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da denominação social; (ii) a alteração do objeto social da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Alterar a razão social da Companhia de "**CENTRAL SOLVI PRESIDENTE JVI S.A.**" para "**CENTRAL SOLVI MINAS DO SOLVI S.A.**", de forma que o tipo de registro do Estatuto Social da Companhia passará a ser redigido da seguinte forma: "Art. 1º - O tipo de registro da **CENTRAL SOLVI MINAS DO SOLVI S.A.** ("a Companhia") é o de **sociedade anônima, subsidiária integral, de capital fechado, com sede no Brasil, regida pelo Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.** **5.2.** Alterar o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, referente ao objeto social da Companhia, que passará a vigor da seguinte forma: **Artigo 4º - A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial solar do Projeto Minas do Solvi VI, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, a prestação de serviços de comércio em geral, relacionações e assessoria administrativa, **Encerrada a Lavratura da Ata.**** Na sequência, o Presidente proferiu a palavra a qual dele quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** **Mesa:** Paula Ferezzato Dabello - **Presidente** e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - **Secretário.** **Acionista:** **EDP Renováveis Brasil S.A.** (representada por seus diretores **Paula Ferezzato Dabello** e **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**) - **Assinatura:** **Mesa:** Paula Ferezzato Dabello - **Presidente.** **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - **Secretário.** JUCESP nº 444.026/23-0 em 16/11/2023. Maria Cristina Frei - **Secretária Geral.**

AGRO GALAXY

AGROGALXP Participações S.A.
CNPJ nº 16.124.014/0001-10 | RUA GUATUBERGA, 500 APT. 403
ATA DE REALIZAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 13 de novembro de 2023, às 09H00, na sede da **Agrogalaxy Participações S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guatuberga, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguaçu Office Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010 ("**Companhia**"). **2. Convocação**

A presente ata foi convocada para a realização da presente Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Administração da **Companhia**. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Sebastian Marcos Ponce e a Sra. Marina Godoy da Cunha Alves, como secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a autorização para que a Bussadori Garcia & Cia Ltda. e a Ferrari Zagato Comercio de Insumos S.A, sociedades controladas pela Companhia ("**Cedentes**"), outorguem e constituam a cessão fiduciária de direitos creditórios e de sociedades controladas pela Companhia em nome da presente Companhia, em favor do Banco Santander (Brasil) S/A e do Banco do Brasil S/A, todos garantidos pela Cessão Fiduciária ("**Instrumentos de Dívida**"); (ii) a prestação de aval e outorga de fiança pela Companhia nos Instrumentos de Dívida mencionados no item (ii) ("**Garantias Fiduciárias**"); (iii) a autorização para que determinadas sociedades controladas pela Companhia prestem aval e outorga de fianças nos Instrumentos de Dívida mencionados no item (ii) ("**Garantias Fiduciárias**"); (iv) a autorização para que determinados Instrumentos de Dívida mencionados no item (ii) ("**Garantias Fiduciárias**") sejam cancelados e substituídos por outros Instrumentos de Dívida mencionados no item (ii) ("**Garantias Fiduciárias**"); (v) a autorização para que determinados procuradores pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, efetivação das deliberações desta Reunião do Conselho de Administração; e (vi) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela administração da Companhia ou por seus procuradores para realização, formalização, aperfeiçoamento, conclusão e implementação dos Instrumentos mencionados, para efetivação e deliberação acima. **5. Deliberações:** Os presentes membros do Conselho de Administração, deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) autorizar as Cedentes a outorgarem e constituírem a Cessão Fiduciária, na qualidade de cedentes fiduciantes, em favor do Banco Santander (Brasil) S/A e do Banco do Brasil S/A, para a cessão fiduciária de direitos creditórios de e sociedades controladas pela Companhia em nome da presente Companhia, em favor do Banco Santander (Brasil) S/A e do Banco do Brasil S/A, todos garantidos pela Cessão Fiduciária ("**Instrumentos de Dívida**"); (ii) autorizar a outorga das Garantias Fiduciárias das Controladas pelas sociedades controladas pela Companhia nos Instrumentos de Dívida, conforme aplicável, e listadas no Anexo I; (iii) autorizar a administração da Companhia a emitir os Instrumentos de Dívida em favor do Banco Santander (Brasil) S/A e Banco do Brasil S/A, nos termos dos respectivos instrumentos a serem celebrados; (iv) autorizar a outorga das Garantias Fiduciárias das Controladas pelas sociedades controladas pela Companhia nos Instrumentos de Dívida, conforme aplicável, e listadas no Anexo I; (v) autorizar a administração da Companhia e aos seus eventuais procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização e efetivação das deliberações desta Reunião de Conselho de Administração ("**Atos Necessários**") para a realização, formalização, aperfeiçoamento, conclusão e implementação de todos os instrumentos necessários para efetivação das deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada esta Reunião de Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, se aprovada, foi assinada pelos membros da **Mesa**. **Certidão:** A presente ata é cópia fiel do original lavrado e assinado pelos membros da **Mesa**. **Assinatura e Rubrica:** Sebastian Marcos Ponce e Marina Godoy da Cunha Alves - Secretária.

Agropecuária Santa Silvia S.A.

CNPJ nº 04.981.577/0001-82 - NIRE 35.300.094.085

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da Agropecuária Santa Silvía S.A. convidados, em primeira convocação, a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, que será realizada no dia **05 de dezembro de 2023, às 10:00 horas ("AGE")**, em sua sede social, na Rua Groenlândia, nº 1.611, sala 4, na Capital do Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) avaliação da proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 20.100.000,00 (vinte milhões e cem mil reais), a ser parcialmente integralizada mediante capitalização de créditos oriundos de empréstimos feitos pela acionista Jubran Engenharia S.A. e, caso aprovada; (ii) abertura do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da AGE, para que os acionistas da Companhia exerçam, ou não, o seu direito de preferência para subscrição do aumento de capital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CLAUDIA MARIA GABRIEL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 280/2023 PROCESSO Nº 54.980/2023 - UASG 986249 Nº CMPRA 2802023
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PROTEÍNA DE SOJA TEXTURIZADA PARA A PREPARAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**
DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29 DE NOVEMBRO DE 2023. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12 DE DEZEMBRO DE 2023 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos telefones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: comel@botucatu.sp.gov.br.
Data: 27 de Novembro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 291/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de dietas enterais, suplementos nutricionais e fórmulas infantis. Data e hora limite para credenciamento no site da BNC até: 13/12/2023 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 13/12/2023 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 13/12/2023 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do site www.paulinia.sp.gov.br/editalis ou <https://bnccompra.com.br/compra/licitacao/291>

Paulínia, 27 de novembro de 2023.

Ednilson Cazzellato - Prefeito Municipal

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

Encontra-se anexa na Penitenciária Feminina Santa Ana, o PREGAIO (ELETRONICO) tipo Menor Preço nº 032/2023-PF- PARTICIPAÇÃO **RESTRITA A ME/EPP/COOPERATIVAS** Processo nº 006/001-2023/2023-64, para aquisição de Grupos Alimentícios (PERECUEIS) in natura, com entrega parcelada, para uso no preparo das refeições das reeducandas e funcionários desta Unidade Prisional, do Centro de Detenção Prisional Chácara Belém II e da Penitenciária Feminina da Capital, período de novembro a dezembro de 2023, a realizar-se em 11/12/2023 às 09 horas, na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária Feminina Santa Ana, sito na Avenida General Altino Leonel, 656 - Carandiru - CEP: 02089-900 - São Paulo/SP com início para envio da Proposta Eletrônica em 28/11/2023 no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O Edital está à disposição no site e o negocial-público pela Imprensa Oficial do Estado.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 117/23 – Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos esportivos, academia ao ar livre, para atender as demandas das modalidades e projetos esportivos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Campo Limpo Paulista, conforme descritivo constante no anexo I do edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastros de Propostas Iniciais: 09h00 do dia 29/11/2023 às 09h00 do dia 08/12/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 08/12/2023 às 09:05 horas. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br a partir do dia 29.11.2023. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11 4039-8358/4039-8376 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

CLEBER ULISSES DE OLIVEIRA

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias:
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>